



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

02 de Setembro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 02/09/2015
Assunto: Práticas educacionais		Página: Online

DIÁRIO JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. O. B. WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

País tem de difundir melhores práticas em educação, dizem especialistas

A melhoria do ensino público no país passa por documentar e ampliar "experimentações" para a atividade docente e, principalmente, difundir regularmente as melhores práticas em educação. A ideia aqui é aumentar a autoestima e a motivação dos professores.

Especialistas na matéria colocaram esses pontos no último dia 19, em debate promovido pelo Instituto Unibanco sobre gestão escolar. Eles citaram a necessidade de aliar os atuais sistemas de incentivo vigentes, como bônus por desempenho, ao aumento da "motivação intrínseca" do docente, o que passaria por estratégias diversas de valorização.

"O que a gente sabe é que a motivação intrínseca (interna, natural) é a mais importante. Não adianta nada você (só) dar prêmios e bônus. O trabalho passa pela valorização social da profissão", afirmou Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Ciências para Educação.

"Avanços que estão ocorrendo na regulamentação da carreira dos professores podem trabalhar nessa direção (valorização da autoestima)", disse Paes de Barros. "O que não está se trabalhando é o papel dos professores no imaginário, no simbólico da sociedade. Se não se trabalhar, vai ter dificuldade de avanço da autoestima dos professores."

Na visão dos especialistas que participaram do debate, criar espaços regulares de difusão e análise das melhores práticas em educação ajudaria tanto na revalorização do professor quanto na identificação de elementos que possam servir como uma espécie de "espelho" motivacional para o profissional de educação.

"Tem que ter um sistema estatal que difunda as melhores práticas (de educação). Na agricultura, se difunde e o agricultor recebe uma visita técnica que dá assistência a ele. Você não tem o equivalente na educação", disse Paes de Barros.

"Acredito muito no contágio. A motivação intrínseca é muito contagiante. (Seria importante) pensar em formas e políticas para colocar (em evidência) a experiência de professores bem motivados e como a gente pode aproximar esses caras dos cursos de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

formação", sugeriu Ricardo Madeira, professor da USP e pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), outro participante do evento.

Com trabalhos desenvolvidos em economia da educação, uma de suas linhas de pesquisa, Madeira sugere que o Brasil documente mais e melhor as próprias experiências.

"Uma coisa que funciona na Índia pode não funcionar aqui. A gente tem que ser mais aberto à ideia de experimentação e (criar) protocolos científicos para validar isso", disse. "A gente tem pouco hábito de documentar as nossas experiências educacionais e não está aprendendo sobre elas."

Para Madeira, nessa ideia de aumentar o leque de experimentações educacionais, não há que se ter medo de eventuais fracassos, parte do processo científico.

"Você olha na medicina: as experimentações são todas documentadas, protocoladas. E a gente aprende com o erro e com o sucesso", afirmou. "A gente documenta muito pouco as nossas experiências (educacionais) e, quando documenta, não tira o melhor proveito delas."

Para Paes de Barros, nesse vácuo na área educacional, o que ocorre com mais frequência entre as escolas públicas do país é, em vez da propagação de experiências positivas, é um tipo de "contágio negativo".

"A experiência do contágio negativo se espalhou. É a história de que o professor é um 'pobre coitado' e precisa ser ajudado. E não um cara que está ajudando (a escola e a sociedade). Essa é uma questão fundamental", disse o professor do Insper.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2015
Assunto: Estatuto		Página: Online



Avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente são debatidos

Para fortalecer a celebração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completados neste ano, o Ministério da Educação participará nesta terça, 1.º, de uma Roda de Diálogo com outros ministérios. O evento será realizado no auditório do Ministério da Integração Nacional, em Brasília, a partir das 9h30. O evento é aberto e gratuito para quem quiser saber mais sobre o ECA.

O ECA foi criado pela Lei 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, e se tornou um marco legislativo no país. O texto garante direitos a crianças e adolescentes, que passam a ter acesso à cidadania e proteção social.

O Ministério da Educação tem promovido ações para incluir o ECA nos currículos e práticas escolares. A perspectiva é de materializar o que é estabelecido pela Lei 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC apoiou a realização da pesquisa Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007, realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Essa pesquisa ocorreu entre 2010 e 2011 e coletou dados em 1.780 municípios brasileiros, nos 26 estados e no Distrito Federal. Os resultados da pesquisa foram materializados na coleção O ECA nas Escolas, com quatro volumes: Reflexões sobre os seus 20 anos, Construindo possibilidades de promoção dos direitos das crianças e adolescentes, Experiências Universitárias e Perspectivas Interdisciplinares.

Outra ação que contribui para fortalecer o ECA nos sistemas educacionais refere-se à formação continuada de professores e gestores educacionais. Esse conteúdo integra o curso Escola que Protege, que é ofertado por 13 universidades. No período 2012/2014, a Secadi financiou 5.385 vagas do curso, que tem por objetivo estimular o conhecimento e o debate sobre o estatuto na comunidade escolar, contribuindo para qualificar a atuação dos profissionais da educação básica na promoção dos direitos de crianças e adolescentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2015
Assunto: Pronatec		Página: Online



Pronatec aponta caminhos na graduação para os estudantes

Fazer um curso técnico vem sendo alternativa para muitos jovens e adultos que querem ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho. E, para quem ainda planeja uma graduação, fazer previamente um curso profissionalizante também tem contribuído na tomada de decisão.

Isso aconteceu com alguns dos medalhistas da WorldSkills 2015, que tiveram acesso aos cursos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Carlos Rubens Teixeira Junior, de 21 anos, já concluiu o ensino técnico na escola do Senai, na cidade de Pedro Leopoldo, interior de Minas Gerais. O curso de manutenção elétrica e industrial levou o jovem a buscar engenharia elétrica no ensino superior. "Eu tinha tentado entrar em outro curso e, ao mesmo tempo, fiz o técnico. Depois que entrei percebi que elétrica é a minha área. Gostei bastante", explicou.

Já a estudante Vanessa da Silva só confirmou que está fazendo o que gosta: trabalhar na área da construção. Vanessa também é aluna da Escola Senai da Construção, em Cuiabá.

O WorldSkills é a maior competição de educação profissional do mundo e, em 2015, foi realizado no Brasil. O evento reuniu estudantes de mais de 60 países e o Brasil sagrou-se campeão pela primeira vez.

Cada equipe ou participante precisou simular desafios nas profissões em que estudam. As atividades foram cumpridas dentro de padrões internacionais de qualidade. "O nosso projeto era um banco, fazia a armação, cobria, montava e tal. Foi maravilhoso. Muito bom. Melhor evento de que já participei na minha vida", diz Vanessa.

Desde a criação do Pronatec, em 2011, mais de 8 milhões de estudantes já foram matriculados no ensino profissionalizante em escolas públicas ou como bolsistas em escolas privadas e do sistema S. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o Senai, Senat, Senac e Senar. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, também passaram a oferecer os cursos do programa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2015
Assunto: Saúde		Página: Online



PL autoriza exames em alunos de escolas públicas e privadas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou na terça-feira (1.º) o Projeto de Lei 6868/10, do Senado, que autoriza o Poder Público a realizar, anualmente, exames de saúde nos estudantes dos ensinos médio e fundamental, de escolas públicas e privadas.

Pela proposta, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), os exames serão feitos em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) e deverão incluir, no mínimo, avaliações de saúde bucal e nutricional e de acuidade visual e auditiva.

O texto também institui a Semana Nacional da Saúde na Escola, que será comemorada na primeira semana de agosto de cada ano. O objetivo é incentivar a comunidade escolar a debater o tema e a adotar práticas de saúde preventiva. As atividades realizadas durante esse período poderão ser aproveitadas no currículo estudantil.

O relator da proposta, deputado Bacelar (PTN-BA), salientou que a proposta foi rejeitada pela Comissão de Seguridade Social e Família, mas teve parecer favorável na Comissão de Educação, com modificações. Dessa forma, caberá ao Plenário decidir em definitivo sobre a proposta.

Bacelar é favorável aos exames, porém a CCJ só deve dizer se a proposta é ou não jurídica, ainda assim ele defendeu o mérito da proposta. "Os problemas gerados nessa fase são baixo rendimento, evasão escolar e repetência", disse.

O projeto ainda será analisado pelo Plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2015
Assunto: Superdotados		Página: Online



CÂMARA APROVA CRIAÇÃO DE CADASTRO DE ALUNOS SUPERDOTADOS

Estima-se que, no Brasil, existam 2,5 milhões de alunos com altas habilidades na Educação Básica. No entanto, apenas 11 mil estudantes estão cadastrados no Censo Escolar

Fonte: Agência Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou há pouco o Projeto de Lei 4700/12, do Senado, que determina a identificação e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior. Como tramitava em caráter conclusivo, mas foi modificada, a proposta está aprovada pela Câmara e deve retornar ao Senado.

Estima-se que, no Brasil, existam 2,5 milhões de alunos com altas habilidades ou superdotação só nos ensinos fundamental e médio. No entanto, apenas 11 mil estudantes estão cadastrados no censo escolar.

Os governos deverão criar um cadastro nacional desses estudantes. Caso o projeto vire lei, os detalhes do cadastramento serão definidos em regulamento posterior.

A proposta foi aprovada na Comissão de Educação, onde foi modificada. Os deputados mudaram o texto para assegurar expressamente a possibilidade de aceleração de estudos para os alunos identificados como superdotados. A alteração fará parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Profissionais não preparados

A presidente do Conselho Brasileiro da Superdotação, Suzana Pérez, reconhece que é necessário identificar os estudantes com altas habilidades, mas faz uma ressalva ao projeto. Ela afirma que não é suficiente definir que é obrigatória a identificação desses alunos se não existem profissionais preparados para fazer esse reconhecimento, e seria preciso melhorar seu treinamento. "Não adianta definir que é obrigatória a identificação se não tem ninguém para identificar."